

**TutPrv na HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.148 - PT  
(2018/0247128-6)**

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**REQUERENTE** : T L DE A  
**ADVOGADOS** : JAIRO DE CAMPOS - RJ178767  
VANESSA CANALE DE CAMPOS E OUTRO(S) - SP421125  
**REQUERIDO** : J R DA R J

**DECISÃO**

T. L. de A. afirma que “virá ao Brasil para compromissos com seus familiares e amigos (31/03/2019), e sua permanência no Brasil se estenderá até 21 de abril de 2019”, razão pela qual requer “que lhe seja concedida tutela antecipada 'inaudita alter pars' a fim de que possa entrar no Brasil e regressar a Portugal em 21 de abril de 2019 sem a necessidade de autorização do genitor”.

Sustenta que “reside em Portugal há 10 anos, encontrando-se inclusive em processo de naturalização dos filhos menores que cresceram em Portugal. No entanto, caso haja empecilho imposto pela Polícia Federal ao tentar embarcar com seus filhos de regresso para Portugal isto causará imenso dano [...]. Afinal, os menores encontram-se em época escolar em Portugal" e ela "possui um salão de beleza, o que lhe prejudicará em seu labor”.

Em atendimento ao despacho de fl. 49, requer a juntada da apostila na sentença homologanda e reitera o pedido de citação do requerido por carta rogatória.

O Ministério Público Federal opinou pelo indeferimento do pedido de tutela de urgência (fl. 89).

É o relatório. Decido.

Trata-se de pedido de homologação da sentença estrangeira proferida pelo Juízo de Família e Menores de Coimbra, Portugal, que dispôs sobre a regulação do exercício das responsabilidades parentais.

Consta dos autos que a sentença homologanda foi proferida em 2/2/2015, à revelia do requerido, bem como que a requerente pretende vir ao Brasil, no dia 31/3/2019, com seus 3 filhos menores.

O art. 300 do CPC dispõe o seguinte sobre a concessão de tutela de urgência (grifei):

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Portanto, o juiz poderá conceder tutela de urgência, desde que evidenciada a presença concomitante dos dois pressupostos autorizadores, a saber, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, que devem estar demonstrados.

Quanto à probabilidade do direito, verifica-se que o pedido está devidamente instruído com a sentença estrangeira de regulação das responsabilidades parentais (fls. 9-16), acompanhada de apostila (fls. 73) e de comprovação do trânsito em julgado (fl. 74), pendente apenas a citação do requerido, que deverá ser feita por carta rogatória.

Todavia, não se verifica perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

A alegação da requerente de que eventual "empecilho imposto pela Polícia Federal ao tentar embarcar com seus filhos de regresso para Portugal", sem a homologação da sentença estrangeira, causa-lhe enorme insegurança e pode ocasionar possíveis danos não é suficiente para a concessão da tutela provisória.

Não parece razoável o deferimento da medida liminar pleiteada – "a fim de que possa entrar no Brasil e regressar a Portugal em 21 de abril de 2019 sem a necessidade de autorização do genitor" –, sobretudo porque tal providência não decorre do provimento judicial estrangeiro que se quer homologar.

Ademais, no estágio inicial dos autos, em que nem sequer foi determinada a citação do requerido, não há como reconhecer mora do Poder Judiciário que pudesse causar prejuízos à requerente.

Na vertente hipótese, a situação de urgência foi gerada pela própria

requerente, uma vez que a sentença estrangeira foi proferida em 2/2/2015 (fls. 9-16), sem ter havido o subsequente pedido de homologação de decisão estrangeira, o qual, se promovido em tempo oportuno, não envolveria o diferimento de etapas fundamentais ao bom andamento do processo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de tutela de urgência.**

**Cite-se o requerido por meio de carta rogatória, no endereço indicado à fl. 56.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

